



SORG

INSEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS ATUAIS E OPORTUNIDADES

Coordenador: **Mauro Eduardo Del Grossi** – Universidade de Brasília. Email: delgrossi@unb.br.

Apresentadores:

- **Lauro Mattei** - Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Email: mattei@cse.ufsc.br.
- **Joacir Rufino de Aquino** - Professor Adjunto do Curso de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Campus de Assú/UERN). Email: joaciraquino@gmail.com
- **José Graziano da Silva** – Diretor do Instituto Fome Zero. Email: Jfgs2011@gmail.com

Justificativa

O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Brasil (II Vigisan) divulgado em 2022 (www.olheparaafome.com.br), apontava que 33 milhões de brasileiras estavam sofrendo com a insegurança alimentar grave, isto é, passavam fome, e outros 32 milhões conviviam com insegurança alimentar moderada, ou seja, reduziram a quantidade ingerida de alimentos por falta de recursos.

Surpreendentemente, o mesmo relatório apontou que 21,8% das famílias de agricultores familiares vivem sob insegurança alimentar grave, inseridos num ciclo vicioso de fome e pobreza. Essa situação evidencia a importância da implementação de políticas públicas efetivas para apoiar estas famílias a saírem da condição de insegurança alimentar e contribuírem para a produção de alimentos para os mercados locais.

Para combater a insegurança alimentar e a fome no país, é essencial que o governo invista em políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como a garantia de acesso à terra, água e insumos, além de apoio técnico e financeiro para a produção de alimentos. Na esfera da comercialização, os programas de compra de alimentos produzidos por agricultores familiares para abastecimento de programas sociais e para a alimentação escolar também são fundamentais para garantir a segurança alimentar dessas famílias e fortalecer a economia local. Os desafios dos governantes para a superação da insegurança alimentar são gigantescos, tanto para os que iniciaram seus mandatos em 2023, como para as prefeituras municipais. Desta forma, esta seção propõe a discutir estes desafios e oportunidades para as políticas públicas nos próximos anos voltadas à agricultura familiar e superação da insegurança alimentar e nutricional.

Resumos Expandidos:



1. AGRICULTURA FAMILIAR, FOME E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO SUL DO BRASIL

Lauro Mattei¹

O debate clássico sobre a questão agrária brasileira mostra a relação íntima desta com o processo histórico de desenvolvimento do país. Desde o período das capitanias hereditárias, passando pelos diversos ciclos econômicos (mineração, borracha, açúcar e café) até os dias atuais, as questões da terra e do sistema de produção agropecuário sempre estiveram presentes no debate político nacional. Durante o ciclo do açúcar, ainda como colônia de Portugal, se instituiu no Brasil uma forma de produção monocultora e voltada para as exportações (açúcar) assentada na grande propriedade da terra que estava concentrada sob os domínios do reino de Portugal, mas que era distribuída para segmentos sociais privilegiados próximos à coroa.

É neste contexto que vai se formando uma agricultura de subsistência em diversas regiões do país com a função de ser uma atividade acessória ao sistema monocultor principal. Localizada inicialmente nas regiões desfavorecidas, essa atividade estabelece um padrão de desenvolvimento rural inicial assentado numa dicotomia que perpassa toda a trajetória histórica do país-colônia: grandes áreas concentradas de terras férteis com produtos para exportação ao lado de uma imensa quantidade de trabalhadores rurais com pouca terra e sob condições climáticas adversas e abandonas pela administração pública. São essas condições que permitem identificar um dos problemas graves do país: as raízes históricas da fome e da pobreza.

Este mesmo processo se repetiu posteriormente nos demais ciclos econômicos, particularmente no ciclo do algodão e da borracha na região Norte do país, que era uma grande área em completo abandono; nas regiões Sudeste, com o ciclo cafeeiro, e no Sul, com a expansão da pecuária no Sul. Além da concentração da terra, esse processo ocorreu sob o manto da escravidão, que mesmo após seu fim oficial, reproduziu uma cultura que imputava às camadas pobres da população a exploração e a exclusão social.

Portanto, é sempre na franja de um processo produtivo comandado pela grande agricultura assentada na concentração da propriedade da terra, ao estilo plantation norte-americano, que vai se firmar aquilo que hoje é conceituado como agricultura familiar, ou seja, uma estrutura produtiva que sempre foi relegada ao segundo plano no processo de desenvolvimento rural do país.

Esse quadro foi fortemente alterado no período do Pós-Guerra, quando se adotou a política de “modernização” da agricultura brasileira, processo este que causou transformações profundas na esfera da produção agropecuária, mas que também trouxe sérias consequências ambientais e sociais. Isso fez com que, historicamente, o segmento da produção familiar brasileira ficasse à margem das políticas públicas destinadas à modernização do “rural brasileiro”, especialmente durante a fase mais aguda desse processo conhecida como “modernização dolorosa”, expressão cunhada por GRAZIANO DA SILVA (1982).

É neste contexto que a agricultura familiar se insere no processo produtivo. Apesar de sofrer perdas de renda e ter dificuldades de acesso aos benefícios das políticas públicas, esta é uma forma de produção que procura estabelecer sistemas produtivos focados na biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens e de mulheres, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população brasileira e na promoção da democratização do acesso à terra e aos demais meios de produção, como estratégia de construção do desenvolvimento rural sustentável.

¹ Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. E-mail: mattei@cse.ufsc.br



A-MUDANÇAS RECENTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS E IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Somente nas duas últimas décadas do século XX, após a organização desses segmentos de agricultores e de suas diferentes formas de lutas, o Estado brasileiro passou a destinar maior atenção a tais segmentos de produtores que eram majoritários no espaço rural do país. Em outras oportunidades (MATTEI, 2001; MATTEI, 2005; MATTEI, 2006; MATTEI, 2008; MATTEI, 2014a; MATTEI, 2014b; MATTEI, 2015) apresentamos diversos elementos desse processo, cuja síntese encontra-se a seguir. Com o processo de redemocratização do país e, especialmente, com a promulgação da Constituição de 1988, ocorreu um reordenamento do Estado brasileiro, levando a uma descentralização das ações governamentais com o intuito de ampliar o acesso aos recursos públicos, por um lado, e de democratizar as próprias políticas, por outro. Esse movimento de democratização possibilitou uma maior intervenção dos atores sociais, a qual se viabilizou através dos conselhos gestores de políticas setoriais e das políticas gerais de desenvolvimento nas diversas esferas governamentais. Esses Conselhos (municipais, estaduais e nacionais) foram criados e estimulados como mecanismos de uma nova forma de gestão pública estimulada pela constituição de 1988, visando incluir os beneficiários e/ou suas representações sociais nos processos de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, sobretudo no que diz respeito à definição de prioridades e aplicação dos recursos financeiros.

Com isso, observa-se que a relação tradicional entre Estado e Sociedade vem se alterando, na medida em que os atores sociais elevam sua participação na definição e gestão das políticas públicas, tornando-se protagonistas efetivos neste processo de ampliação democrática. Ao mesmo tempo, nota-se que o próprio Estado se ajusta a esta nova realidade, modificando suas funções tradicionais com o objetivo de racionalizar as ações e ampliar seus resultados.

É neste contexto que nas duas últimas décadas as políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento rural, e também aquelas que têm interface com o mundo rural, tiveram forte impulso. Os instrumentos de políticas públicas voltadas ao público amplo da agricultura familiar ganharam espaço na agenda governamental a partir do primeiro governo FHC e foram ampliados, especialmente durante os Governos Lula I e II (2003-2010). O Estado brasileiro passou a investir mais recursos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), inclusive aumentando sua área de cobertura, diversificando o público beneficiado e criando novas linhas temáticas de crédito. Rapidamente o número de agricultores beneficiados aumentou para aproximadamente dois milhões famílias.

Para apoiar as atividades produtivas da agricultura familiar, o Estado investiu, além do fomento à produção por meio de crédito, na reestruturação do sistema nacional de assistência técnica e extensão rural (ATER). Em 2004, com o lançamento do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), foi estabelecida outra missão para este serviço público: apoiar e favorecer o desenvolvimento rural orientado pelos princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica dos sistemas produtivos. Esta mudança de percepção se materializou com o aumento de investimentos para a estruturação das agências estaduais de assistência técnica e extensão rural (contratação de novos servidores, investimentos em infraestrutura e capacitação de extensionistas).

Especificamente na área agrária, foi lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que possibilitou o acesso à terra a mais de 500 mil famílias na primeira década do século XXI. Paralelamente a isso, foi ampliado o Programa de Crédito Fundiário e o Programa de Regularização Fundiária, os quais complementam as ações governamentais para reordenar o espaço agrário brasileiro. Por fim, para possibilitar um melhor desenvolvimento dos assentamentos rurais, em 2004 foi criado o Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental



à Reforma Agrária (ATES), visando democratizar o acesso dos agricultores assentados à assistência técnica, ao mesmo tempo em que incrementou as taxas de cobertura, contribuindo para que os projetos de desenvolvimento dos assentamentos fossem mais bem qualificados.

As políticas públicas de promoção de desenvolvimento rural foram ampliadas ainda mais através da adoção da dimensão territorial do desenvolvimento, buscando superar a ainda dominante concepção setorial da ação do Estado. Com isso, os territórios rurais, ao representarem a complexidade da vida e da produção no campo, colocaram novas demandas às políticas públicas. Neste contexto foi implementado o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais com elevados investimentos em infraestrutura na agricultura familiar, gerando agregação de valor à produção e melhorias nas condições de vida da população rural.

Ainda no âmbito da agricultura familiar, visando ampliar o suporte estatal à organização produtiva desses agricultores, foi criado no ano de 2006 o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), com a intenção de diminuir os riscos com as intempéries que afetam a produção agrícola. Na mesma linha, também foi criado o programa governamental Garantia Safra, que assegura renda mínima para aqueles que perderam mais de 50% de sua produção na área do Semiárido brasileiro.

Finalmente, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), política pública que tem sua gestão articulada em um grupo interministerial e que procura garantir a compra da produção de agricultores familiares, bem como formar estoques para dar sustentação à política de segurança alimentar e nutricional, bem como suprir demandas de outros programas públicos destinados ao atendimento de populações carentes e em condições de pobreza.

Este conjunto programas e ações governamentais destinados especificamente ao público de agricultores familiares de todo o país apresentou resultados extremamente positivos em termos de produção, bem como tem contribuído para a superação de desigualdades sociais historicamente construídas, especialmente em relação ao acesso a terra e aos benefícios das políticas públicas, as quais até bem pouco tempo atrás tinham os setores latifundiários como público preferencial.

B-CONSIDERAÇÕES SOBRE CENÁRIOS RECENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA FOME NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Essa seção deverá ser desenvolvida em breve para que o artigo seja discutido de forma completa durante as apresentações da SORG que contemplará “Os desafios e oportunidades das políticas públicas para a Agricultura Familiar visando superar a Insegurança Alimentar”. Para tanto, serão analisados dados estruturais da Agricultura Familiar com base no último Censo Agropecuário (2017), além de informações recentes sobre o PRONAF e informações da Fome reportadas pelo II Estudo Vigisan, da Rede Nacional PENSAN, realizado em 2022. No primeiro caso, serão considerados indicadores relativos à estrutura agrária, à produção, ao emprego rural e às receitas geradas pelo setor. Quanto ao Pronaf, serão analisados diversos indicadores do Programa específicos à região Sul do país. Finalmente, os dados do II Estudo Vigisan serão expostos e analisados com o objetivo de se compreender os grandes desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas de desenvolvimento social com incidência nas áreas rurais.

Referências de Literatura

- GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. São Paulo (SP): Zahar, 1982, 192p.
- MATTEI, L. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Balanço e perspectivas. Artigo apresentado no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Belém (PA), março de 2001.



- MATTEI, L. Impactos do Pronaf: análise de indicadores. Brasília (DF): MDA/Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural, 2005, 136 p.
- MATTEI, L. Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica. Brasília (DF): MDA/Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural, 2006, 202 p.
- MATTEI, L. Mudanças nas regras de financiamento do PRONAF. Rio de Janeiro: CPDA/OPPA, Boletim n.17, março de 2008.
- MATTEI, L. Evolução do crédito do Pronaf para as categorias de agricultores familiares A e A/C entre 2000 e 2010. Revista de Economia do Nordeste, v.45, n.3, p.58-69, jul-set.,2014 (a).
- MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. Revista de Economia do Nordeste, v. 45, p. 71-79, 2014 (suplemento especial).
- MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil. Revista Raízes, v.35, n.1, jan-jun /2015.



2. POLÍTICAS LOCAIS DE APOIO À PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO BRASIL E DO NORDESTE SEMIÁRIDO

Joacir Rufino de Aquino²

A agricultura familiar é uma forma de produção e trabalho bastante expressiva no meio rural do Brasil. Segundo dados do IBGE (2019), o segmento representa 77% dos estabelecimentos rurais do país, gera ocupações para mais de 10 milhões de pessoas e responde por parcela expressiva da oferta de alimentos básicos consumidos pela população.

Em termos espaciais, 47,2% dos 3,9 milhões de estabelecimentos da categoria estão localizados na região Nordeste, desempenhando função destacada na sociedade e nas economias locais (AQUINO; ALVES; VIDAL, 2020).

Apesar de sua relevância, a agricultura familiar só foi inserida na agenda governamental brasileira a partir de meados dos anos 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Mas, como é possível observar na coletânea organizada por Grisa e Schneider (2015), a fase mais emblemática das políticas para a categoria foi registrada ao longo dos primeiros 15 anos do século 21.

Especialmente no período de 2003 a 2014 foram criados ou ampliados vários programas importantes de transferência de renda, segurança alimentar, compras públicas governamentais, habitação rural, acesso a água, assistência técnica e extensão rural, apoio a agroecologia e ao desenvolvimento territorial, entre outros. Mesmo sem deixar de lado os problemas de operação e de falta de articulação apontados por Aquino et al. (2017) e Mello (2018), é inegável que tais políticas foram fundamentais para fortalecer o segmento e ajudar o Brasil a sair do chamado Mapa da Fome (BOJANIC, 2016).

Com a crise política deflagrada a partir de 2016, no entanto, o cenário se inverteu e iniciou-se um processo de “desmantelamento” daquela geração de iniciativas. Tal desmantelamento se manifestou no fechamento de órgãos como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, na descontinuidade e queda do orçamento das principais políticas de desenvolvimento rural adotadas no país, a exemplo da reforma agrária, dos programas de ATER, de cisternas etc.

O resultado direto desse processo foi o crescimento da pobreza e da extrema pobreza no campo, repercutindo na piora dos indicadores de insegurança alimentar da população. Esse quadro foi fortemente agravado pela crise da COVID-19 e pela marginalização da agricultura familiar no âmbito das medidas emergenciais adotadas pelo governo federal para enfrentar os efeitos da pandemia (SCHNEIDER; AQUINO, 2022).

Diante deste cenário desfavorável, observa-se o desenvolvimento pelos governos municipais de estratégias de reação e experiências de abastecimento bancadas por conta própria em nível local. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é dimensionar e verificar o alcance dessas experiências de políticas municipais de apoio à produção e distribuição de alimentos saudáveis (agroecológicos e orgânicos) pela agricultura familiar no Brasil e, especialmente, no semiárido nordestino, em 2020.

O foco do estudo são os 3.783 pequenos municípios com até 20 mil habitantes, que representam 67,9% dos 5.570 municípios brasileiros. Ademais, essas localidades albergam em seus territórios quase metade (48,6%) dos agricultores familiares do país (IBGE, 2019).

² Economista. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor Adjunto do Curso de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Campus de Assú/UERN). Vice-Presidente da SOBER no Nordeste. E-mail: joaciraquino@gmail.com.



Para alcançar os objetivos propostos, recorreu-se a revisão de parte da literatura disponível sobre o tema e a compilação e análise dos dados do Censo Agropecuário 2017 e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC, 2021), do IBGE. Além disso, foram fundamentais as informações colhidas no amplo levantamento realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia, que produziu um rico banco de dados sobre o tema (LONDRES et al., 2021).

Em linhas gerais, o trabalho identificou a existência de várias políticas locais de incentivo à produção e distribuição de alimentos nos pequenos municípios do Brasil. Tais políticas são importantes, mas apresentam muitos limites. Isto ocorre, no caso do Nordeste Semiárido, devido à precária base produtiva da maioria dos agricultores familiares, bem como as carências de ATER, de organização coletiva em cooperativas e as fragilidades dos espaços de participação social. De qualquer forma, as experiências mapeadas sinalizam inovações das administrações municipais que necessitam ser mais estudadas, visando sua possível integração numa estratégia nacional de fortalecimento da agricultura familiar e de combate a fome no país.

Referências:

AQUINO, J. R. et al. Articulação de políticas para a superação da pobreza rural: um estudo das interfaces entre o Programa Bolsa Família e as políticas de inclusão produtiva no Nordeste e no Sul do Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 48, n. 4, p. 155-173, out./dez., 2017.

AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 31-54, ago. 2020.

BOJANIC, A. J. (Coord.). *Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras*. Brasília/DF: FAO, 2016.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

IBGE. *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

LONDRES, F. et al. (Orgs.). *Municípios agroecológicos e políticas de futuro: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional*. 2. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2021.

MELLO, J. *Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural*. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

SCHNEIDER, S.; AQUINO, J. R. Descaso e desafios da agricultura familiar produtora de alimentos para o mercado interno no Brasil. Instituto Fome Zero (IFZ), Site, p. 3 - 3, 18 jul. 2022.



3. David X Golias, uma inspiração para o ‘agronegócinho’?

José Graziano da Silva³

O termo ‘agronegócinho’ peguei emprestado de um excelente texto de Jean Marc Van der Weid (2022), que questiona as possibilidades da agroecologia no Brasil como uma resposta de curto prazo para a agricultura familiar expandir a produção de alimentos saudáveis durante o governo Lula³ que se inicia. Ele se refere aos pequenos produtores modernizados que adotam as mesmas tecnologias utilizadas pelo agronegócio, incluindo aí a prática da monocultura. Não cabe aqui apresentar números, mas são significativos os agricultores familiares especialmente da região centro sul do país, que usam o “pacote da revolução verde” ou pelo menos parte importante dele que não dependem da escala, especialmente os insumos químicos (fertilizantes e defensivos).

Esse setor modernizado se contrapõe aos também milhares de agricultores familiares ditos tradicionais, que são em geral produtores de parte da própria subsistência e que hoje estão concentrados nas regiões Norte e Nordeste, em especial, no sertão nordestino. Digo de parte da própria subsistência porque como revelou recentemente a pesquisa VIGISAN II, os mais pobres dentre eles passam fome. Ou seja, não conseguem produzir nem para a subsistência da sua própria família. O site “olhe para a fome” que traz os resultados dessa pesquisa exhibe com destaque: “No Brasil, quem planta tem cada vez menos o que comer. A fome atingiu 21,8% dos lares de agricultores(as) familiares e pequenos produtores(as) rurais. Se olharmos para as formas mais severas de insegurança alimentar (moderada e grave), o total chega a 38% dos domicílios – cenário ainda mais preocupante nas regiões Norte (55%) e Nordeste (44%)”.

Vale a pena acrescentar que a nível mundial, essa aparente contradição de uma parte significativa dos pequenos produtores de subsistência passarem fome também não é uma exceção. Como ressaltam os trabalhos da FAO, a agricultura familiar é o modelo agrícola predominante em todo o mundo, já que responde por 90% das 608 milhões de fazendas do mundo e produz a maior parte dos alimentos em termos de valor. Apesar disso, quase 80% dos pobres que sofrem de insegurança alimentar no mundo, vivem em áreas rurais. A maioria deles são pequenos agricultores familiares, que enfrentam dificuldades de acesso a recursos produtivos e mercados. Segundo o SOFI2022, existe uma forte necessidade de aumentar não só o acesso aos alimentos, mas também de aumentar a renda e as oportunidades econômicas para essas populações rurais, principalmente aos agricultores familiares. Mais especificamente, é necessário aumentar o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, produzidos de forma sustentável e culturalmente aceitáveis e também a mercados mais remuneradores, justos e inclusivos. Meu entendimento dessa linguagem diplomática típica das organizações internacionais, é que não basta continuar a produzir mais commodities a preços cada vez menores para acabar com a fome no mundo; precisamos também melhorar o poder de barganha dando acesso a mercados diferenciados aos agricultores familiares.

Certos analistas acham que não há futuro para esses pequenos produtores de parte da subsistência da própria família; e que o único caminho possível é o da sua modernização na esperança de que os do agronegócinho possam um dia crescer em escala e se tornarem também grandes produtores se forem amparados por políticas de crédito subsidiado e assistência técnica pública (e gratuita, obvio!). Infelizmente, como sabemos, o “mercado” regido pela concorrência capitalista impõe uma “seleção natural darwiniana” onde sobrevivem apenas os mais fortes (ou os maiores, no caso) ou ainda aqueles que se inserem em nichos específicos de mercado. E ainda, como reza a histórica abordagem do “moinho satânico”, os pequenos produtores agrícolas prensados entre os oligopólios fornecedores dos seus insumos e os monopólios

³ Diretor do Instituto Fome Zero. E-mail: Jfgs2011@gmail.com.



compradores dos seus produtos agrícolas, tem sua renda disponível cada vez menor a ponto de não sobreviverem dignamente. Sem falar no duro trabalho agrícola, de sol a sol, que afugenta os seus filhos, comprometendo sua reprodução futura.

Para se protegerem da concorrência, os pequenos produtores familiares modernizados têm buscado por exemplo, a integração com a agroindústria (caso dos produtores integrados de pequenos animais como frango e suínos do sul), que atenua (embora não elimine) a competição pela sobrevivência dado que a própria agroindústria monopolista continuamente empurra a escala mínima dos seus “agregados” para cima. Outros se associam a cooperativas de produtores, muito embora aí o sucesso - a sua própria sobrevivência como pequeno produtor-seja menor, quase uma exceção e não a regra geral, porque a competição antes aberta do mercado, passa a ser agora interna com os grandes produtores também associados.

A pergunta que fica, portanto, é porque tanta ênfase em modernizar o pequeno produtor se o “seu destino” já está dado, ou seja, ou vira grande ou desaparece?

Essa questão do que fazer como o ‘agro negocinho’ me recordou a “estória” que contava o Prof Oriovaldo Queda na primeira aula de Introdução a Sociologia Rural da ESALQ/USP ainda nos anos 60, do tipo que estava balançando numa rede da sua varanda quando foi abordado por um jovem agrônomo que tentava vender-lhe o pacote tecnológico da então considerada “moderna revolução verde” que poderia aumentar muito a sua renda. Como encontrou resistência, viu-se obrigado a usar um argumento mais convincente: “Se tudo der certo, o senhor poderá terminar seus dias balançando numa rede...”

Também me lembrei do confronto de David contra Golias. Se recordarmos a narrativa bíblica, no início da batalha, o pequeno pastor se utiliza de uma “arma alternativa” - uma atiradeira de pedra, uma funda- com a qual conseguiu acertar com uma pedra a cabeça do gigante, que vinha todo paramentado com sua armadura e as armas usuais da época, derrubando-o. E aproveitando-se do gigante atordoado no solo, toma a espada dele e lhe corta a cabeça. Interessante notar que o que mata o gigante é a sua própria espada, não a arma alternativa que só o havia atordoado! A história bíblica não conta muito do que aconteceu com o pequeno pastor depois de vencer o gigante. Sabemos apenas que David não se tornou um novo Golias...

A pergunta é: que armas “alternativas” tem o agricultor familiar, hoje, para enfrentar essa luta pela sua sobrevivência como pequeno produtor? Qual é o seu futuro? Tem sido repetido a larga ultimamente a resposta da agroecologia... Mas como bem disse o Jean Marc no texto ao qual me referi antes, essa é uma aposta no futuro e que depende_ especialmente na região centro sul-sul, onde nós temos um predomínio de monoculturas também entre os pequenos _ de um longo processo de diversificação da produção para poder cumprir com uma das bases fundamentais, senão a mais fundamental da agroecologia, que é a diversificação com o que permite-se a preservação da biodiversidade. Também uma outra arma que foi várias vezes mencionada é a possibilidade de uso de bio-insumos, ainda que isso também seja uma alternativa contra o excessivo uso de agrotóxicos tanto para pequenos como para os grandes, especialmente depois da guerra da Ucrânia que os fertilizantes químicos deram um salto, elevando muito os custos de produção. Em resumo, os bio-insumos poderão ser uma promessa futura se devidamente apoiados por políticas públicas, como foram sempre e continuam sendo hoje, os fertilizantes e defensivos químicos, ainda mais no contexto de uma adaptação aos impactos das mudanças climáticas. Vale dizer que, até agora os poucos países que trilharam esse caminho das tecnologias alternativas, mostram que a caminhada é longa, são décadas antes que possam exibir resultados na escala desejada de contribuir para alimentar a população com base num novo paradigma que não seja o da revolução verde.

Mas, embora não haja ainda uma saída ainda clara no campo tecnológico, é preciso ter uma resposta clara para as políticas públicas: é dever do Estado apoiar os pequenos produtores



na sua luta pela sobrevivência. E por que evitar que o agronegócio abocanhe todas as terras se eles podem produzir alimentos igual ao agronegócinho usando tanto os mesmos agrotóxicos? Pela democracia! Para evitar a concentração cada vez maior da produção, das terras, do poder nas mãos de uns poucos... A defesa dos mais frágeis visa, acima de tudo, evitar o desaparecimento desses segmentos de baixo, da parte inferior da escala econômica, dos que ainda resistem no meio rural, sejam eles produtores agrícolas ou não. E evitar que grande parte dos 10 milhões de pessoas que estão hoje ocupadas na agropecuária venham se amontoar nas periferias das grandes metrópoles, onde é muito mais caro e difícil sobreviver dignamente e exige uma intervenção muito mais complexa do poder público. Haja vista a crise que nós estamos vendo agora com o aumento da população de rua existente nas grandes metrópoles: precisamos muito mais investimentos em habitação popular por exemplo... Estaríamos trocando então seis por meia dúzia: ao invés de subsidiar os recursos para o crédito rural dos pequenos, teríamos que dar muito mais recursos para subsidiar programas do tipo Minha Casa... Enfim, não deixa de ser uma boa resposta para a pergunta da qual iniciamos de porquê subsidiar os pequenos: uma resposta política. Mas talvez essa resposta política de que é dever do Estado defender os mais pobres, os mais fracos, os pequenos, não baste para justificar esse apoio ao 'agronegócinho'. Também não temos resposta para que se tudo der certo e esses pequenos produtores receberem apoio com mais crédito e juros subsidiados, eles vão se tornar grandes produtores?

Hoje essa pergunta se insere na disputa de quais são as prioridades mais urgentes do governo LULA3. Tem sido muito difícil para o novo governo enfrentar a “pressão do mercado” de não aumentar os investimentos sociais que são considerados apenas gastos e ter que arbitrar entre dar recursos para as inundações do litoral norte de São Paulo e na Bahia, a seca que afeta os agricultores no Sul e os 33 milhões passando fome em todo o país... Antes mesmo de ganhar as eleições, Lula definiu como prioridade maior a de erradicar a fome, começando pela população de rua como exemplo de uma situação inaceitável; mas agora incorporou também os povos indígenas, depois da revelação do genocídio dos Yanomamis. Essas são as prioridades mais urgentes e estou inteiramente de acordo com isso. As demais vêm na fila, depois... E incluo aí a compra de terras para mais assentamentos.

Uma resposta sempre lembrada sobre qual será o futuro dos agronegócinho é a do cooperativismo: reunir os pequenos produtores modernizados para terem a escala necessária para sobreviverem como produtores agrícolas. E que possam gradativamente se adaptarem a uma nova forma de produção sustentável que não se baseie nas tecnologias da revolução verde com o uso intensivo de agrotóxicos. Seria a concretização de uma proposta de fazer da agricultura familiar a produtora de alimentos saudáveis - especialmente frutas, verduras e legumes, onde a menor escala econômica de produção e a proximidade de mercados urbanos ainda permite a sua sobrevivência econômica. Os inúmeros casos de produtores orgânicos que fornecessem cestas de frutas e verduras via distintas combinações do tipo Comunidade de Apoio aos Agricultores (CSAs) que são alguns dos exemplos mais promissores que se expandiram durante a pandemia. Vale lembrar ainda o caso dos produtores de arroz orgânico do MST embora alguns questionem que sua sobrevivência depende de acesso aos recursos públicos subsidiados, como se essa não fosse também a regra geral no campo agropecuário.

Mas o que fazer com os segmentos de agricultores familiares não modernizados, muitos dos quais passam fome como já mostramos? Sem tentar fazer uma tipologia exaustiva dos segmentos de agricultores familiares presentes no meio rural brasileiro, não há como negar a importância dos agricultores familiares pluriativos que combinam fontes de renda do trabalho agrícola e não agrícola. Nessas unidades, um ou mais membros da família - em geral os mais jovens, homens e mulheres - buscam trabalho nos centros urbanos (próximos ou não) e quase sempre respondem pela maior parte da renda familiar.



Infelizmente não dispomos de dados atualizados sobre quantos são os agricultores familiares pluriativos no Brasil. Segundo os dados do Censo de 2017 tabulados pelo Prof Mauro Del Grossi, dos quase 3,9 milhões de agricultores familiares pouco mais de 660 mil (17% do total) obtinham a maior parte da sua renda de fora da unidade produtiva, uma grande parte deles possivelmente de trabalho assalariado não-agrícola que vem crescendo muito nas últimas décadas ao contrário do trabalho agrícola que vem caindo. Pode parecer pouco, mas 5 anos antes, no Censo Agropecuário de 2006, eram apenas 302 mil, ou seja, mais que dobraram em número nos 11 anos que separam os dois últimos censos agropecuários. E esse número deve ter continuado crescendo nos últimos 5 anos, dada a dificuldade cada vez maior de sobreviverem apenas como produtores agrícolas.

O que quero destacar é que entre os agricultores pluriativos cuja maior parte da renda vem de fora do estabelecimento, o que garante a unidade familiar não é mais a produção ou o trabalho agrícola, mas a casa de moradia. O trabalho fora do estabelecimento é uma tradição histórica no Brasil, dado as pequenas dimensões da unidade produtiva e a baixa remuneração propiciada pela atividade agrícola. O que quero ressaltar é que o crescimento do trabalho assalariado fora do estabelecimento, especialmente do trabalho não agrícola que é melhor remunerado que o agrícola, é muito positivo seja do ponto de vista de manter a unidade familiar e melhorar a sua renda, seja do ponto de vista de propiciar moradia em áreas rurais periurbanas a um custo muito menor e sem necessidade de maiores investimentos do poder público além do acesso a sistemas de transporte e comunicação (na verdade, além da TV, o acesso à internet poderia melhorar muito a vida especialmente para os mais jovens que buscam trabalho fora!). Infelizmente não temos ainda uma política pública para esse segmento cada vez mais importante das unidades familiares no campo. Valeria a pena começar a pensar seriamente numa proposta de política para esse segmento que poderia incluir a alternativa de uma “reforma agrária não-agrícola” onde o centro fosse a moradia rural e não a produção agrícola, conforme já defendemos em outra oportunidade aqui na SOBER.

Quero finalmente chamar a atenção para a importância do autoconsumo na agricultura brasileira. Segundo o último Censo Agropecuário de 2017, mais de 2 milhões de estabelecimentos agropecuários declararam em 2017 que sua atividade principal era o autoconsumo, ou seja, cerca de 40% do total dos informantes declararam que a finalidade principal era “a produção para o consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor”. E esses estabelecimentos que têm como finalidade principal o autoconsumo estão distribuídos por todo o país embora predominem na região Norte e Nordeste, onde representam mais de 60% dos estabelecimentos! Também surpreende encontrar que a média nacional dos estabelecimentos dedicados principalmente ao autoconsumo era de 23 ha, atingindo 76 ha no CO, 54 ha no NO, 24 ha no SE, 17 ha no Nordeste e 12 ha no SU. Esses valores surpreendentemente altos para uma produção de autoconsumo poderiam indicar que aí estão misturadas pequenas unidades que realmente são usadas para o autoconsumo dos seus moradores com grandes áreas improdutivas...

Pela magnitude que representava em 2017, não se pode simplesmente dizer que o autoconsumo seja apenas parte dos “resquícios do passado” e podemos pensar que faça parte das estratégias atuais de sobrevivência da agricultura familiar... Ainda faltam estudos a respeito, mas a imagem que podemos fazer das famílias pluriativas é que os mais velhos - especialmente o pai e a mãe da família, ou mesmo os avós -, continuam a se dedicar a prover a alimentação dos seus membros. E para isso além de proverem a cozinha da moradia, tem quase sempre uma pequena horta doméstica além de pequenos animais, especialmente galinhas e alguns produtos básicos como mandioca e frutíferas, as vezes também milho e feijão.

No governo da presidenta Dilma, o MDA implementou o programa “Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais” para dar assistência técnica e apoio financeiro



visando melhorar “as atividades produtivas dos beneficiários com vistas à inclusão produtiva e promoção da segurança alimentar” das famílias rurais cadastradas no Programa Bolsa Família. A avaliação do programa mostrou que muitos transformaram sua pequena hora de subsistência em uma atividade parcialmente comercial, apontando para o aumento da produção própria e possível venda do excedente no comércio local. As análises existentes feitas pelo IPEA encorajam a pensar nessa “nova solução” como uma forma de complementar a renda das famílias rurais sejam elas pluriativas ou não. Infelizmente não temos tempo para aprofundar o tema aqui, o que esperamos poder fazer em outra oportunidade.

Em tempo: Segundo o relato da Wikipedia (2022), a partir de citações bíblicas, “Quando viram seu campeão morto, os filisteus fugiram, mas foram perseguidos e dizimados até sua cidade. Davi tomou, então, a cabeça do filisteu e a levou a Jerusalém; e as armas do inimigo ele pôs na sua tenda”. Aparentemente David continuou a ser o que era antes: um pequeno pastor com uma melhoria na sua morada, mas anos depois, foi aclamado rei de Israel e governou por 40 anos, um tempo bíblico que denota longevidade de reinado!

Referência

JEAN MARC VON DER WEID. **Caminhos para mudar a agricultura brasileira**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2022/12/15/caminhos-para-mudar-a-agricultura-brasileira-por-jean-marc-von-der-weid/>. Acesso em: 7 abr. 2023.

WIKIPÉDIA. **Golias**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Golias>. Acesso em: 7 abr. 2023.



61º Congresso da
SOBER
Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

**AGROPECUÁRIA
DO FUTURO**
Tecnologia, Sustentabilidade e
a Segurança Alimentar

4. <<Título da apresentação do apresentador 4>>

<<Resumo expandido (máximo 5 laudas) da apresentação (trabalho a ser apresentado), contendo objetivos, aparato teórico, metodologia da pesquisa e conclusões.>>